



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	Direito Administrativo Curso Administração Calendário Excepcional						
DOCENTE	Rodolfo Joaquim Pinto da Luz email rodolfo.luz@ufsc.br						
CÓDIGO	DIR700 1	PERÍODO/ FASE/ SEMESTRE	2º	NATUREZA	Obrigatório	CARGA HORÁRIA	36h

EMENTA	DIREITO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATO ADMINISTRATIVO. SERVIÇOS PÚBLICOS. AGENTES PÚBLICOS. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTROLE ADMINISTRATIVO	
OBJETIVOS	<p>Geral Oferecer aos estudantes de Administração o conhecimento necessário de Direito Administrativo para o exercício profissional, tanto na administração pública como nas atividades do setor privado no seu relacionamento com o setor público.</p> <p>Específicos Conhecer criticamente a estrutura da Administração Pública brasileira. Analisar os processos licitatórios e de contratação administrativa. Aprofundar os debates sobre a intervenção estatal e o seu controle pela sociedade e órgãos públicos. Aprofundar os debates sobre a intervenção estatal e o seu controle pela sociedade e órgãos públicos.</p>	
METODOLOGIA	<p>As aulas serão expositivas, com a participação dos estudantes, estimulando o debate, As intervenções poderão auxiliar na avaliação final. Poderão ocorrer debates sobre leituras orientadas, trabalhos individuais ou em grupo .</p> <p>As aulas síncronas serão realizadas nos horários previstos para a disciplina de acordo como o cronograma fixado no conteúdo programático.</p> <p>As aulas síncronas serão realizadas por web conferências, utilizando o sistema BBB Moodle e como segunda alternativa o Google Meet.</p> <p>As atividades e materiais das aulas serão disponibilizadas no AVEA - Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, também poderão ser enviadas atividades pelo Fórum de Graduação CAGR. As comunicações individuais podem ser feitas pelo email rodolfo.luz@ufsc.br.</p> <p>Aulas Assíncronas constarão de exercícios que serão definidos no início das aulas. Também ocorrerão duas provas bimestrais..</p>	
HABILIDADE Exigência MEC – Resolução nº 5, 18 de dezembro de 2018.	<input type="checkbox"/>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	<input type="checkbox"/>	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	<input type="checkbox"/>	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	<input type="checkbox"/>	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
<input type="checkbox"/>	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da	



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO

	<input type="checkbox"/>	doutrina e de outras fontes do Direito.
	<input type="checkbox"/>	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	<input type="checkbox"/>	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	<input type="checkbox"/>	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	<input type="checkbox"/>	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	<input type="checkbox"/>	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos
	6	Outras: 1. Compreender a dimensão histórica do fenômeno jurídico; 2. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos; 3. Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; 4. Dominar instrumentos da metodologia histórico-jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais; 5. Compreender a lógica da produção jurídica no Brasil, em uma região do mundo que julga atrasada e periférica; 6. Desenvolver a cultura do diálogo, ao dar-se conta do pluralismo ideológico da produção jurídica; 7. Explicar a “lógica” dos transplantes jurídicos em um país que se percebe periférico; 8. Compreender a razão do movimento pendular entre liberalismo cosmopolita e conservadorismo nacionalista ao longo da história do pensamento jurídico brasileiro; 9. Vincular o surgimento dos diversos diplomas jurídicos fundamentais às problemáticas de construção do Estado de direito democrático; 10. Esclarecer as variedades progressistas e conservadora dentro do próprio pensamento jurídico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
I 04/03	UNIDADE I Noções de Direito e Direito Administrativo Direito Público e Privado. Direito Administrativo. Conceito. Fontes do Direito. Relacionamento. Sistemas Administrativos. Sujeito de Direito Administrativo e Pessoas Administrativas.	
II 11/03	UNIDADE II Administração Pública. Funções do Estado. Princípios Fundamentais da Administração Pública. Entidades Políticas e entidades administrativas. Órgãos e Agentes Públicos	
III 09/09	UNIDADE III Deveres e Poderes Administrativos Deveres Administrativos Poderes da administração	
IV 16/09	UNIDADE IV Estrutura da Administração Pública.	



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO

V 23/09	UNIDADE V Desconcentração e descentralização administrativa. Administração Direta, Indireta e Entidades Parastatais. Autarquias, Fundações Públicas. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Reforma do Estado e Terceiro Setor. A atual Administração Pública Brasileira A organização administrativa federal, estadual federal.
VI 30/09	UNIDADE VI Função Pública e seu regime político Princípios constitucionais pertinentes ao servidor público Prerrogativas, direitos e deveres do servidor público
07/10 VII 14/10	PRIMEIRA PROVA UNIDADE VII - Atos Administrativos Conceito, classificação, perfeição e eficácia. Revogação e anulação. Desvio de poder.
VIII 21/10	UNIDADE VIII Contratos Administrativos Conceito. Alteração, prorrogação, renovação e generalidades. Controle dos Contratos.
IX 28/10 04/11	UNIDADE IX Licitações Princípios gerais da Licitação Modalidades e Tipos de Licitações . Fases do procedimento licitatório. Anulação, revogação e desistência.
X 11/11	UNIDADE X Serviços Públicos Concessões e Permissões Parcerias Público-Privadas.
XI 18/11	UNIDADE XI Controle da Administração Pública Controle administrativo, legislativo e jurisdicional.
XII 25/11	UNIDADE XII Bens Públicos Atuação do Estado no domínio econômico Intervenção do Estado na propriedade
03/12 10/12 10/12	Segunda Prova Prova de substituição Prova de Recuperação
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Serão realizadas duas provas bimestrais, compostas por questões objetivas. Poderão ser incluídas questões dissertativas. As provas serão disponibilizadas por, no mínimo 48 horas, devendo ser realizadas em, no máximo, 3 horas consecutivas, após o seu início. No caso da não realização de uma das provas, por motivo justificado, o aluno poderá realizar uma prova substitutiva no final do semestre, envolvendo toda matéria que a



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO

	<p>substituirá. Poderão ser realizados Seminários avaliativos que substituirão uma das provas.</p> <p>A média final será obtida pela média aritmética das duas provas bimestrais. A média para aprovação é 6,0 (seis). Haverá reprovação se a média for inferior a 3,0 (três), se o aluno obtiver média entre 3,0 e 5,5 poderá se submeter a uma prova de recuperação, versando sobre todo o conteúdo do semestre. A prova de recuperação substituirá a prova de menor valor.</p> <p>Frequência será aferida pela presença nas duas aulas presenciais ocorridas em março (4 horas), pela presença nas aulas síncronas (20 horas) e pela entrega de 2 exercícios (6 horas e das 2 provas bimestrais (6 horas). Se o aluno não participar de aula síncrona poderá compensar a frequência com a realização de resumo da matéria correspondente.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>OLIVO, Luis Carlos Cancellier de Direito administrativo / Luis Carlos Cancellier de Olivo. – 4. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014</p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo: PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado, 26 ed. Ver. E atual. São Paulo: Método, 2018.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo. 28 ed. São Paulo, Atlas, 2015.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.</p> <p>NIEBUHR, Pedro Menezes. Parcerias público-privadas: perspectiva constitucional brasileira. Belo Horizonte: Forum, 2008.</p> <p>CRISTÓVAM, JOSÉ Sérgio da Silva, Administração Pública democrática e supremacia do interesse público: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015.</p> <p>MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42ª. Ed. S.Paulo: Malheiros, 2016</p> <p>OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.</p> <p>VIEIRA, Marcela Ziccardi. Direito Administrativo. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.</p> <p>SUNFELD, Carlos Ari, Fundamentos de Direito Público. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.</p> <p>A legislação pode ser consultada no site do Palácio do Planalto: http://www4.planalto.gov.br/legislacao.</p>